

CONFLITO, BARGANHA E RESISTÊNCIA INDÍGENA NA RIBEIRA DO JAGUARIBE  
NO SÉCULO XVII.

Marcos Felipe Vicente – Mestrando UFCG  
marcos.felipev@yahoo.com.br

Orientadora: Juciene Ricarte Apolinário  
[apolinarioju@hotmail.com](mailto:apolinarioju@hotmail.com)

Os primeiros relatos de tentativas de ocupação das terras do Ceará datam do início do século XVII, com a expedição de Pero Coelho de Sousa que, saindo do rio Paraíba, tentou estabelecer uma povoação no rio Pajeú, chamando-a de Nova-Lisboa. Com o fracasso da expedição,

Em 1611, Martim Soares Moreno, que fora soldado de Coelho de Sousa, voltou a região e afoitamente tentou assegurar a posse portuguesa, construindo, no mesmo lugar do de Pero Coelho, outro forte ou presídio que, em homenagem ao santo do dia de seu começo (20 de Janeiro), tomou o nome de São Sebastião. (GIRÃO, 1979. p. 39)

Sobre Martim Soares Moreno se construiu a imagem do fundador do Ceará, fortalecendo-se com o romance *Iracema*, de José de Alencar, onde o colonizador é apresentado como o *Guerreiro Branco*, amante da virgem dos lábios de mel. As histórias sobre Martim Soares valorizam, com frequência, o “engenho e arte com que soube conquistar a simpatia e a colaboração dos índios” (Idem). A frase de Raimundo Girão é emblemática quanto à participação dos índios no processo de construção do Brasil que conhecemos embora o historiador, possivelmente, não tenha reparado no seu significado implícito.

Nesse sentido, embora a historiografia tradicional, principalmente aquela praticada nos institutos históricos até as primeiras décadas do século XX, tenda a valorizar o papel “heróico e civilizador” dos “desbravadores europeus” enquanto relega ao índio a condição de obstáculo ao desenvolvimento e à civilização, pesquisas recentes têm demonstrado que os índios participaram ativamente desse processo de construção do Brasil, negociando constantemente com os colonizadores, segundo seus próprios interesses.

Em seguida, busca-se analisar os processos de interação entre nativos e europeus na ocupação da ribeira do Jaguaribe, na Capitania do Ceará no século XVII, período da ocupação efetiva dos sertões desta Capitania, marcado por intensos conflitos.

## **Jaguaribe: início da conquista do sertão**

Se a historiografia tradicional tende a afirmar que a primeira tentativa de ocupação do território cearense se deu com Pero Coelho de Sousa e Martim Soares Moreno, não se pode dizer, no entanto, que tal empreendimento obteve sucesso imediato. Pelo contrário, devido à falta de atrativos econômicos da capitania e das enormes dificuldades em povoá-la, a ocupação efetiva só viria a acontecer em finais do século XVII e início do século XVIII, ocorrendo por meio de doações de sesmarias, que foram avançando desde o Rio Grande. Nesse sentido, Bezerra (2009, [1918]) registra que “quando entraram em terreno cearense, a primeira foi pedida pelo capitão-mór Manoel de Abreu Soares e 13 companheiros, todos rio-grandenses, no rio Jaguaribe, da barra para o sertão, em 23 de Janeiro de 1681” (p. VII). Essa região interessa especificamente para esta pesquisa porque, juntamente com a ribeira do Açú, fora o principal palco da Guerra dos Bárbaros nas últimas décadas do século XVII.

A região que margeia o rio Jaguaribe era habitada por diversos povos nativos, de diferentes famílias, entre eles os Icó, pertencentes à nação Cariri, que ocupavam terras que iam desde a margem direita do rio até o rio do Peixe, na Paraíba. Na margem esquerda do Jaguaribe, próximo do litoral, até o rio Mundaú e serra de Baturité viviam os índios Jaguaribara. Ainda próximos do litoral estavam os povos chamados de Anassés, conhecidos por rivalizar com vários outros grupos da região próxima. Por fim, entre a margem direita do baixo Jaguaribe, a serra do Apodi e o rio Açú na capitania do Rio Grande viviam os índios Paiacu, destacados por diversos historiadores como um dos mais hostis da região e constante infortúnio à ocupação da capitania do Ceará, como colocou Studart Filho (1931): “Tornam-se, assim, um obstáculo sério ao facil commercio entre o Ceará e as Capitánias visinhas, e, o que é mais grave, um estorvo constante ao povoamento da ribeira do Jaguaribe” (p. 61).

Ainda segundo Studart Filho, dos grupos citados, apenas os Jaguaribara demonstraram amizade com os portugueses desde os primeiros tempos da colonização, enviando soldados, com frequência, para dar combate a outros povos nativos da capitania:

Fizeram parte de quasi todas as tropas enviadas para bater os Paiacús, entre 1666 e 1671, servindo ora sob as ordens de Phelippe Coelho de Moraes, ora sob o mando de Jorge Martins. Annos antes, no governo do Capitão-mór

Martim Soares Moreno elles tinham auxiliado efficazmente a gente do fortim de S. Sebastião contra os ataques reiterados daquelle gentio. (Idem, p. 71)

Ao que parece, tal fidelidade aos portugueses não era algo unilateral. Desde o momento da chegada de Martim Soares ao Ceará, este buscou manter relações de pazes com esses nativos, muito provavelmente devido ao seu grande número e o respeito que outros povos tinham para com eles. Não dispunham os portugueses de meios para combatê-los e subjugar-los, buscando, pois, tê-los como aliados.

No entanto, as alianças estabelecidas entre portugueses e nativos não se mostraram muito sólidas, necessitando serem reafirmadas em diferentes momentos, com diferentes grupos, muitas vezes antigos inimigos, para lutar contra antigos aliados. Isso se deve a uma série de fatores, como se vê.

No início da colonização o contingente europeu nas terras da colônia era minúsculo, carecendo, obviamente, de pessoas para colonizar as terras. Dessa forma, a aliança com os povos nativos se apresentava como uma estratégia fundamental para se conseguir extrair lucros da empresa colonial. Nesse primeiro momento, as relações entre os colonizadores e os indígenas foram, de um modo geral, marcadas pelas alianças e trocas de favores, como demonstram as experiências de Martim Soares, no Ceará, e dos Holandeses, nas capitâneas do norte. Tanto portugueses como holandeses, bem como franceses, estabeleceram alianças com povos nativos na tentativa de se estabelecer em terras brasileiras e suas guerras contavam com um grande contingente de guerreiros indígenas.

Com o passar do tempo, a presença européia em terras coloniais foi aumentando e a ocupação do território foi se estabelecendo. Aqui, na maioria dos casos, os interesses coloniais começaram a se confrontar com os indígenas. Inicialmente, grupos inteiros de índios foram reduzidos em aldeamentos, exterminados ou fugiram para os sertões para que se pudessem instalar as fazendas canavieiras no litoral, onde os solos eram mais propícios às atividades. Com o século XVII, inicia-se a penetração nos sertões das capitâneas do norte, tendo a instalação dos currais de gado como seu motor principal. Mais uma vez, os interesses dos colonizadores iriam se chocar com a resistência indígena em abandonar suas terras para o estabelecimento dessas atividades.

Essas relações bem poder ser explicitadas tomando o caso dos Paiacu como exemplo. Segundo informa Studart Filho:

No início da colonização do Ceará, elles receberam bem os primeiros aventureiros portuguezes a quem se alliam, contra os índios do litoral. Foram, no entanto, muitos delles traiçoeiramente escravizados pelos brancos e remetidos para Pernambuco com os prisioneiros de guerra colhidos na Ibiapaba e os outros tapuias que os reinícolas haviam resgatado durante a travessia. (Idem, p. 60)

Observa-se que, para os portugueses, os acordos realizados com os nativos não tinham validade para além de seus próprios interesses. São recorrentes na historiografia casos em que índios foram escravizados após se aliarem aos colonizadores e executarem sua missão. Isso se deve à ambição de muitos aventureiros que vieram para o Brasil pela possibilidade de fazer fortuna e encontraram na escravização de nativos uma boa oportunidade de fazer ganhos.

É bem provável que as notícias de traições dos portugueses tenham se espalhado pelos sertões através dos índios que fugiam do litoral e ali buscaram refúgio. Assim, ao penetrar no território da colônia, os reinóis encontraram já uma grande hostilidade à sua presença.

Além disso, as alianças que os colonizadores estabeleciam com diferentes nações indígenas poderiam provocar em outras, muitas vezes suas inimigas, um sentimento de desconfiança, fazendo com que ignorassem alianças anteriormente estabelecidas sem nenhum motivo aparente para os portugueses.

São inúmeros os fatores que podem ter levado os Paiacu a atacarem o presídio de São Sebastião e a missão de Porangaba em 1666. O que se sabe, pela documentação que foi conservada do período é que costumavam se assentar todos os anos nas proximidades da missão, aonde vinham

com seus mulherios apusentar-se junto das ditas Aldeas aonde assistem Mezes sustentando çe de suas Lavouras, e retirando çe para seos sertõns o fazem contentes, dando lhe as suas ferramentas por cuju mejo se conçervão em pax com todos. (Requerimento que a de guardar o ajudante Phelipi Coelho de Moraes na guerra que vay dar aos Paiacús. RIHC, Tomo IV, 1890)

A retaliação foi comandada por Felipe Coelho de Moraes, a mando do Capitão-mor João de Mello de Gusmão, que saiu com 30 soldados e mais alguns índios para dar guerra aos Paiacu, que se achavam nas proximidades, no sítio de Precabura, com ordens para que “se castigue aos Payacús que chagados sam ao sitio Peracabu, mantando todos aquelle que armas puderem tomar” (Idem).

Ao que parece, a retaliação não foi o suficiente para conter os Paiacu e é provável que estes tenham continuado a incomodar os moradores da aldeia de

Porangaba, pois, em 1671, João Algodão e outros chefes indígenas requerem licença para dar caça aos Paiacu, obtendo autorização em 1 de Novembro do mesmo ano (STUDART, 2001. p. 82).

O ataque dessa vez parece ter sortido efeito, pois os Paiacu enviaram uma embaixada para tratar de paz com o Capitão-mor Jorge Correia da Silva em sete de Janeiro de 1672. Dentre as condições do acordo, os índios deveriam deixar livres os caminhos para a livre circulação e comunicação entre o Ceará e as outras capitanias, particularmente Rio Grande e Pernambuco. Além disso, deveriam ajudar a combater outros povos rebelados, fornecendo soldados. Ficavam, ainda, obrigados a, sempre que desejassem se aproximar das missões ou do presídio, enviar uma embaixada para comunicar o fato e justificar o motivo, devendo o restante do grupo permanecer a uma distância mínima de seis léguas. Em troca, os Paiacu teriam garantido a paz para seu povo, bem como a restituição de seus parentes que haviam sido aprisionados nos combates<sup>1</sup>.

O que se vê nesse acordo é que há uma barganha por certos benefícios. É bem verdade que não se pretende dizer que era uma negociação entre iguais. Muito pelo contrário. É exatamente por se ver em uma situação desfavorável que os Paiacu tentaram negociar algum ganho para si, no caso, a libertação de seus parentes escravizados. E tais acordos foram negociados diversas outras vezes.

## **A Guerra dos Bárbaros**

Estavam, pois, os Paiacu em paz com os portugueses, mas ao que parece isso não impedia que alguns índios matassem alguns bois para sua alimentação. Outra questão a se pensar é a abrangência do poder dos principais que negociaram o tratado de paz, uma vez que havia várias aldeias dispersas pelo sertão. Não obstante, segundo Pedro Carrilho de Andrade, que participou da repressão aos indígenas do Açu, afirmou:

Depax ou Com Esse pretesto estavam os gentios pyacus. em yaguoarybe quando aleyvosamente, matarão. Roubarão E despojarão aDes, ou doze homens que hião apovoar aquellas terras Esefyarão delles, como amigos,

---

<sup>1</sup> Cf. Jorge Correia da Silva, cavalheiro fidalgo da caza de sua Al. Capitão maior do Siara pello dito Sr. que Deus guarde etc. “Pas que fis com a nação dos paaquus”. RIHC, Tomo IV, 1890.

mas elles não tem fee nem llyaldade. (Pedro Carrilho de Andrarde. “Memória sobre os índios no Brasil”. RIHC. 1965)

Em seguida, continua a respeito dos Janduí:

Depax estavam, tão bem os yandois quando se levantarãonas rybeyras, doasú moxoro, Eapody, Em os annos de 1687 pa. 1688 matando a toda Cousa viva E ao depo's, queymando e aBrazando tudo não deyxando pau nem pedra sobre pedra de que aynda oje aparesem asRoynas. (Idem)

O que se pode supor do que foi relatado por Pedro Carrilho é que os nativos não estavam aceitando a presença dos portugueses em suas terras. Se a paz acordada no passado exigia a segurança dos viajantes pelos sertões, talvez os nativos não interpretassem que deviam também permitir a ocupação de suas terras, principalmente pelos currais de gado, que no final do século XVII avançaram e ocuparam boa parte das terras do sertão (Cf: BEZERRA, 2009 [1918]).

Diante desses novos levantes que explodiam em diversas regiões das capitâneas do norte, do Ceará a Pernambuco, passando pelo Rio Grande e Parahyba, as autoridades coloniais viram a necessidade de organizar uma força de combate mais poderosa, capaz de dizimar completamente esses tapuias.

Até aquele momento o combate aos tapuias se dava principalmente por meio dos próprios colonos, da convocação de índios aldeados e alguns poucos soldados de que dispunha a Capitania. Somente em 1683, conforme argumenta Bezerra há indício de um documento oficial que se refira ao uso da força para a catequese indígena: “Em 25 de Janeiro de 1683 propõe o capitão-mor Bento de Macêdo de Faria ao governo da metrópole, que sejam atacadas as Aldeias do Gentio bravo, e entrem os missionários pelo sertão para os converter” (2009 [1918], p. 50).

A adoção de tal medida contra os índios não faz estranhar que no final da mesma década tenham se rebelado novamente contra os portugueses. Aliás, o meio como também os vaqueiros penetravam no sertão e estabeleciam os currais justificariam os levantes:

Logo que obtinham uma terra por sesmaria ou por escritura de compra, vinha o donatário comboiando os seus gados, como se lê em diversas petições, tomar posse dela, que daí por deante ficava a cargo do vaqueiro, tipo brutal e pouco menos feroz que o selvagem, que se desempenhava de suas obrigações, comia ou dormia com o bacamarte na mão. (Idem, p. 51)

O clima só esquentava entre portugueses e nativos na década de 1680. Sem uma vigilância capaz de fazer valer as ordens régias no que se referem ao trato com os índios, os colonizadores agiam como bem entendiam até o momento em que já não conseguiam conter sozinhos os ataques inimigos, recorrendo então às autoridades das capitanias.

As primeiras tentativas de conter os levantes “bárbaros” se deram com o uso de tropas das próprias capitanias. Em Janeiro de 1688, por exemplo, a expedição liderada por Antônio de Albuquerque Câmara que partiu para dar combate aos tapuias levantados no Rio Grande com trezentos homens não conseguiu resistir, recuando com vários feridos e deixando várias armas de posse dos índios.

Não se mostrando capazes de controlar os motins, principalmente em decorrências da falta de mantimentos e de soldados, bem como de pagamentos dos soldados, além de uma estratégia de batalha deficiente, resolveu-se fazer uso dos Paulistas. Para o arcebispo D. Frei Manuel da Ressurreição,

como a guerra dos bárbaros é desordenada, e as suas invasões são repentinas, e ao mesmo tempo em diversas partes, sendo estas distantes, e impossível que um só sujeito possa acudir a todas, é preciso que em cada uma governe separadamente o cabo que a tocar resistir-lhe ou cometê-lo. (Apud. PUNTONI, 2002, p. 135)

Tal posição, além de favorecer as hostilidades contra os nativos, fazia referência ao modo de atuação dos bandeirantes paulistas em outros sertões da colônia, como apresentou Studart Filho:

Podo-os [os paulistas] a par das insolências do bárbaros, fazia o Governador [do Rio Grande] refrências claras à derrota sofrida pelo Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, e assegurava que, em consequência dela, os moradores estavam prestes a abandonar terras e haveres. Bom político, não esqueceu de lisonjear a vaidade e o bairrismo dos paulistas, enaltecendo, com justos gabos, a ação daqueles que, com Estêvão Boião Parente, haviam combatido e desbaratado os tapuias de Paraguaçu. (1966, p. 76)

Como não se busca neste momento uma análise mais minuciosa sobre a ação das bandeiras paulistas nos sertões mencionados, interessa saber que após a entrada destes indivíduos nos conflitos os índios foram pouco a pouco tendo sua força bélica reduzida. Em 1692, não conseguindo resistir ao ataques luso-brasileiros, os Janduí fizeram um pedido formal de paz.

Assim como o acordo firmado com os Paiacu anos antes, esse acordo trazia uma série de obrigações para ambos os lados: coroa e indígenas. Os Janduí, entre outras

coisas, reconheciam a autoridade do rei de Portugal sobre as terras e se comprometiam a informá-lo caso descobrissem minas de metais preciosos naquela região, bem como não incomodariam mais os currais de gado e ainda, em caso de necessidade, forneceriam cinco mil homens de armas para combater inimigos externos e internos. Em contrapartida, os Janduí seriam batizados, tornando-se assim vassallos reais e, como tais, não poderiam mais ser escravizados, bem como não poderiam mais ser perturbados por “nenhum capitão ou cabo dos paulistas” (PUNTONI, 2002. p. 158).

Percebe-se, pois, mais uma vez, uma tentativa de barganha dos povos indígenas com a coroa portuguesa, uma vez que já não podiam mais continuar com o combate direto. A proposta do tratado de paz era uma forma de manutenção de suas vidas e de apropriação de alguns direitos que eram garantidos a outros portugueses e brasileiros, na condição de vassallos, e que a partir daquele momento seriam estendidos também à nação Janduí.

Combatidos e pacificados os Janduí no Rio Grande, o foco da repressão se voltou ao Ceará, onde continuavam os Paiacu ainda levantados no Jaguaribe. Segundo Studart Filho, “em 1º de novembro de 1693 fêz Matias Cardoso nova entrada contra os bárbaros no decorrer da qual transpôs o limite da Capitania do Ceará, internando-se pela ribeira do Jaguaribe, onde nem sempre lhe foram os fados propícios” (1966, p. 102). Apesar de uma série de vitórias às quais as correspondências coloniais fazem referência, o Terço de Matias Cardoso também não obteve sucesso na pacificação dos tapuias.

Entrando o ano de 1694, os conflitos continuavam na ribeira do Jaguaribe, mas aos poucos, os nativos iam enfraquecendo. Até que,

a 26 de Junho de 1694 Fernão Carrilho, Capitão-mor do Ceará, no impedimento de Pedro Lelou, o efetivo, tendo obtido permissão para dar caça aos gentios sublevados, despachava contra os Baiacus uma campanha de infantaria, sob o comando do soldado Francisco Dias Carvalho, provido no posto de Capitão. Batidos, os índios propuseram, pouco depois, submeter-se aos portugueses. (Idem, p. 106-197)

Nesse momento, um elemento importante surge no cenário da “Guerra dos Bárbaros”: o missionário. Os padres da Companhia de Jesus que, até aquele momento pouco tinham conseguido com os chamados tapuias do sertão, tinham agora a oportunidade de estender seu projeto até o interior do território. A sua presença nos Terços formados para dar combate aos rebeldes esboça essa tentativa. Assim procedeu o padre João Leite de Aguiar, presente no Terço de Paulistas mandado levantar por ordem



do Arcebispo da Bahia D. frei Manoel da Ressurreição para a conquista do Açu e Jaguaribe:

Na mesma carta me recomendou o mesmo Governador [Caetano de Melo], que por serviço de Deus e de V. M., fosse a ribeira do Jaguaribe e do Assu examinar os Tapuias Paiacus e Janduins. Se, por firmeza da nova paz, queriam admitir Missão e povoações na ditas ribeiras; ao que satisfiz e fui logo a Jaguaribe, trinta léguas do Ceará para o Sul, e assistindo com os Paiacus o tempo de um mês, os achei contentes e satisfeitos da minha proposta, e, assim convieram em se aldear com Missionário para sua quietação e segurança de seus inimigos e com a união dos catecúmenos Jaguaribaras. (Carta do Pe João Leite de Aguiar, 15 de Maio de 1696. Documentos transcritos e catalogados pelo Prof. Limério da Rocha. APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.)

Dessa forma, souberam os nativos articular seus interesses com os interesses dos missionários de forma a escapar das ambições escravistas dos bandeirantes paulistas, bem como dos fazendeiros da região. Interessante notar que o aldeamento é apresentado pelo padre como uma alternativa vantajosa tanto para o indígena como para o conquistador, pois representaria, na visão dos missionários, um espaço neutro de conflitos. Porém, deve-se considerar que era, antes de tudo, um espaço onde os índios deveriam incorporar os hábitos e os costumes cristãos. Mas para os nativos, o aldeamento era interpretado como um espaço de segurança, talvez já por saberem que os índios aldeados gozavam de uma condição privilegiada em relação aos outros índios, como por exemplo, a ilegalidade das guerras contra eles, como comentou Almeida:

Na condição jurídica de aldeados, a legislação os colocava em posição ímpar em relação aos demais grupos sociais na Colônia, estabelecendo para eles, além de obrigações, alguns direitos que até o início do século XIX lutaram por garantir. (2003, p. 25)

Assim, pode-se dizer que o aldeamento dos Paiacu surgiu em caráter estratégico para ambos os lados. Se para o colonizador representava uma forma de controle sobre aquela nação e a possibilidade de hegemonia, para o índio, representava uma

possibilidade de se proteger dos ataques do mesmo colonizador, por vezes tão violentos que despertavam reprovação nos próprios membros da administração colonial<sup>2</sup>.

### Considerações Finais

Desde os primeiros contatos entre nativos americanos e europeus suas relações foram marcadas por diversos tipos de barganha. Durante o longo processo de colonização, essas relações assumiram diferentes formas, mas não deixaram de existir. Os indígenas souberam se apropriar de elementos estranhos à sua cultura para garantir a sua sobrevivência.

Durante a ocupação da Capitania do Ceará, os diversos povos indígenas adotaram diferentes posturas ante os invasores europeus, aliando-se a eles ou rebelando-se contra eles. Não obstante, as alianças inicialmente firmadas não perdurariam por muito tempo, alterando-se de acordo com a situação e os interesses dos grupos envolvidos. O que se buscou neste trabalho foi problematizar algumas dessas alianças, em que momentos elas surgiram e quais eram os interesses envolvidos naqueles dados momentos.

### Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará: Defesa do desembargado Soares Reimão à vista de documentos do seu tempo**. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.
- GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.
- OLIVEIRA, J. B. Perdigão de. “Um Capítulo da História do Ceará: ligeiras retificações”. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo IV, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1890. pp. 118-154.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC, EDUSO, FAPESP, 2002.

---

<sup>2</sup> Observa-se na carta do Desembargador Cristóvão Soares Reimão ao Juiz Ordinário de Aquiraz, José de Lemos. Apud. STUART FILHO (1966) p. 107. Onde se lê: (...) *a devassa não me parece conveniente nem eu sei se V. Mcê. tem no seu regimento que de comer uma rês seja causa de devassa, quanto mais que dos frutos feitos êsses tapuias fizeram para comer se pode ou não processar contra êles, por não estarem ainda aldeados, supõe-se que estão no centro que nasceram em que o sustento era comum ou daquele que primeiro o achavam enquanto não tiverem padre que lhes explique que cousa seja furto; (...)*.

STUDART, Barão. **Datas e factos para a história do Ceará.** Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2001 (Tomo 1).

STUDART FILHO, Carlos. “Notas Históricas sobre os Índigenas Cearenses”. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo 45, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1931. pp. 53-103.

\_\_\_\_\_. **Páginas de História e Pré-História.** Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1966.

